

Emenda busca nova forma de governo

O senador Leite Chaves (PMDB-PR) continua trabalhando na elaboração de uma emenda à atual Constituição, instituindo o parlamentarismo no País. De acordo com o senador, a emenda seria apresentada no Congresso Nacional e submetida a votação. Se obtiver o quorum e os votos favoráveis de dois terços do Congresso, o Brasil adotaria o parlamentarismo já antes de ser elaborada e promulgada a nova Constituição.

"Minha proposta vem sendo recebida com muita simpatia", declarou o senador. "E isso acontece porque não estou propondo um parlamentarismo nos padrões tradicionais, mas um novo parlamentarismo. E u c h a m o d e parlamentarismo parlamentarista. No parlamentarismo que estou propondo, o presidente da República indica à Câmara dos Deputados o primeiro-ministro. Além disso, o presidente continua sendo o chefe das Forças Armadas, nomeia os ministros dos tribunais superiores, do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República. E criou um conselho de estado, cuja chefia fica sendo do presidente."

O senador Leite Chaves está convencido de que essa forma de governo trará muita tranquilidade política para o Brasil e permitirá que as crises políticas econômicas sejam transpostas com maior facilidade. "Facilitara" — diz ele — "a tarefa de governar, pela ampliação do leque de responsabilidades entre o Congresso e o Executivo".

Ele argumenta com um exemplo arguto do Plano Cruzado e de suas correções posteriores. "Num primeiro momento", lembra — "a popularidade dos governantes e ministros subiu muito rapidamente. Mas tarde, houve um declínio acentuado de popularidade e aí começaram a aparecer sugestões e propostas de todos os tipos, além de gente exigindo a saída deste ou daquele. E natural que essas coisas aconteçam, mas é importante criar mecanismos que evitem a instabilidade política e institucional quando elas ocorrerem".

O deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas de Governo, da Constituinte, elogia a iniciativa do senador Leite Chaves, mas pondera que não será necessário submeter essa proposta ao Congresso Nacional. Isto porque, antes mesmo que ela tenha tramitação normal no Congresso, o assunto já deverá ter sido definido no âmbito da Constituinte.

"Nossa intenção" — disse — "é chegar a uma conclusão a esse respeito antes do final de maio. Estamos trabalhando em ritmo acelerado para isso".

Sant'Anna vê os temas da Constituinte

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Câmara, decidiu promover reuniões de grupos de 25 a 30 deputados, de cada vez, a começar pelo PMDB, para analisar os temas mais importantes que serão discutidos na Constituinte — desde a reforma agrária ao grau de intervenção do Estado na economia, desde o estatuto dos minérios à forma de governo, se presidencialista ou parlamentarista.

Sant'Anna declarou, ontem, que sentiu a necessidade de promover essas reuniões para uma discussão aberta com seus companheiros sobre os problemas mais importantes a serem debatidos na Constituinte. Sua ideia inicial é de reunir parlamentares de bancadas estaduais ou por grupos de veteranos e de novos parlamentares.

O líder do Governo pretende fazer um debate o mais amplo possível. Embora esteja disposto a começar pelos seus correligionários, isto é, parlamentares do PMDB, admite entender essa discussão a parlamentares de outros partidos, inclusive do PCB e do PC do B.

A ideia é atraindo claramente as tendências dominantes na Constituinte em relação aos problemas fundamentais do País — desde a forma de governo, se parlamentarismo ou presidencialismo, a temas fundamentais que podem ir até ao estatuto do capital estrangeiro e ao papel do Estado na economia.

Dom Luciano: o mais cotado à presidência

Dom Benedito: afinado com progressistas

Dom Ivo Lorscheiter: deixando o cargo

Cientista quer apoio do Estado

Na próxima terça-feira, representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) levarão à Assembleia Nacional Constituinte proposta para ser incluída na nova Carta que prevê a responsabilidade do Estado como promotor e indutor do desenvolvimento científico e tecnológico.

O documento defende a preservação dos recursos minerais estratégicos e visa voltar à pesquisa energética para a busca e exploração de recursos naturais renováveis, além de propor a proteção à indústria e aos serviços nacionais, assegurando uma reserva de mercado nos setores de ponta da tecnologia moderna, como a informática, a biotecnologia e a química fina.

O documento preparado pela SBPC é extenso e inclui os conhecimentos acumulados pela entidade nos últimos 50 anos nas mais diversas áreas como o espaço e território nacional, onde a detenção de faixas marinhas de propriedade da União. O documento fala também das questões de educação e instrução, sobre o problema da saúde e da manutenção e preservação dos bens públicos federais.

Além disso, a SBPC está recolhendo assinaturas de eleitores para uma proposta à Constituinte a qual prevê que "é vetada a construção, armazenamento ou transporte de armas nucleares em território brasileiro".

Pena de morte vai a debate

Belo Horizonte — O direito de propriedade e a pena de morte são os dois pontos essencialmente polêmicos a serem tratados pela Comissão da Subcomissão de Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Especialmente preocupado, o deputado Mário Assad (PFL-MG), quer cautela no exame dessas questões, sobretudo no que se refere a pena de morte.

O parlamentar mineiro acha que um tratamento inadequado desses assuntos pode contrariar a própria razão de existir da comissão. Contrário à adoção da pena de morte, Assad a considera uma questão "explosiva", na medida em que os setores da sociedade que a propõem, utilizam como argumento a onda de crimes e de violência testemunhada pelo País.

Na sua qualidade de advogado, ele defende, entretanto, que certos crimes de natureza violenta, como seqüestros e estupro, sejam considerados inafiançáveis, e sem direito aos benefícios da Lei Fleury, que permite ao acusado responder processo em liberdade.

Nos, advogados, sabemos que as provas testemunhal e documental são falhas. Apesar de compreendermos a reação no País contra a violência, porque ela é humana, consideramos que é mil vezes melhor absolver com culpados do que condenar um inocente à pena de morte — argumenta o deputado.

Na quarta-feira, o deputado e o relator da comissão, senador José Bisol (PMDB-RS), abrem a série de encontros promovidos pela Assembleia Legislativa de Minas com presidentes e relatores das comissões constitucionais, incluindo a participação do Centro Legislativo. O objetivo é possibilitar a influência do legislativo estadual na elaboração da futura Constituição.

Constituinte quer distrital misto

RITA NARDELLI Da Editoria de Política

Cinquenta e cinco a sessenta por cento dos constituintes são favoráveis à implantação do sistema distrital misto, e através de debates e de um "trabalho demorado", o percentual de apoio à proposta pode aumentar sensivelmente. A estimativa e a previsão são do presidente da Subcomissão de Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos, deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG). Defensor ardoroso daquele sistema, Israel considera que os parlamentares contrários à ideia que sustenta há muitos anos desconhecem as vantagens do sistema misto, ou temem serem prejudicados com a sua adoção.

Um dos pontos positivos do sistema, segundo o deputado, é que ele exige o prazo de um ano de domicílio eleitoral do candidato no distrito. O candidato tem que ser escolhido pelas lideranças municipais e estas, na opinião de Israel, indicarão os melhores nomes e não irão "se vender", porque num distrito é mais fácil a apuração de corrupção eleitoral.

O importante é que a escolha do candidato a deputado federal ficará amarrada à sobrevivência política das lideranças municipais. Os líderes das comunidades es-

tarão motivados a escolher candidatos não só de comprovada liderança política, mas também de librada reputação, já que o deputado federal associará o seu nome e prestígio às eleições de deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

Para o deputado, o grande mal do sistema proporcional é que ele permite "uma compra desenfreada de votos, a corrupção eleitoral", na medida em que os partidos incluem "qualquer nome" na chapa de candidatos. Surgem, assim, os que têm poder para comprar votos, os que não têm qualquer vinculação com a política — mais conhecidos como "paraquedistas".

Para completar a chapa, para puxar votos, o presidente do partido acha até bom que sejam incluídas essas pessoas. Esta é uma chaga no processo eleitoral brasileiro, que esta decurpano a representação popular.

Outra vantagem do sistema misto, segundo Israel, é que estabelece-se um espírito de corpo, a solidariedade entre candidatos do mesmo partido. Na medida em que fica definido o voto na legenda, nas eleições proporcionais os candidatos que não são incluídos numa lista partidária trabalharão em conjunto, em todo o estado, ajudando seus companheiros que disputam nos distritos. Isto porque quanto maior o su-

cesso do partido, maiores as chances de sua eleição.

O sistema misto acabaria, segundo Israel, com a disputa entre correligionários, que buscam no estado inteiro os votos dos mesmos eleitores — os de seu partido.

Isto enfraquece os partidos, e não há como evitar essa disputa se o campo é livre e o voto é proporcional. Outra desvantagem do sistema proporcional, na opinião do deputado, é que o político, ao perder uma eleição, está "praticamente eliminado da vida pública". No sistema misto — observa — quem perde a eleição continua sendo o chefe político do partido no distrito, pois foi derrotado por um nome de uma outra agremiação.

Israel apresenta ainda a "pureza da apuração das eleições" como ponto positivo da implantação do sistema misto. O sistema, segundo ele, "é passível de ser computadorizado a custo econômico", já que o número de candidatos é muito menor, o que evitaria as fraudes.

O presidente da Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos acha que os pequenos partidos não são prejudicados com a adoção do sistema misto, já que o voto na legenda permite ao eleitor votar em uma agremiação minoritária.

Prova disso é que o Partido Verde está crescendo na Alemanha — afirma o deputado, para quem as minorias são prejudicadas com o sistema misto, "porque a disputa fica entre os dois maiores partidos, o do governo e o da oposição".

Contrário a uma grande renovação da Câmara dos Deputados a cada pleito, por entender que "é difícil forjar lideranças, e um trabalho de gerações não pode ser destruído numa eleição", Israel tem um outro argumento para defender o sistema misto:

No distrito, ninguém perde a eleição. O distrito é a maneira de se assegurar a reeleição, porque se tem o comando da máquina partidária.

Com o sistema distrital misto defendido pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), baseada no adotado na Alemanha Ocidental, metade da representação a que o Estado tem direito será escolhida pelo sistema distrital, e a outra metade pelo sistema proporcional, da seguinte forma:

O eleitor terá, assim, direito a dois votos. O primeiro, no candidato do distrito, e o segundo em uma das listas aprovadas nas convenções partidárias. A apuração será feita da seguinte forma: no distrito, os majoritários serão eleitos, ficando assim preenchida a primeira metade da representação do Estado. No Estado, somam-se todos os votos dados às diversas listas partidárias em todos os distritos, obtendo-se o total de votos-legenda de todos os partidos. Divide-se o total pela outra metade das vagas a que o Estado tem direito, obtendo-se assim o quociente eleitoral. Dividindo-se o total de votos alcançados pelo partido por esse quociente eleitoral, define-se o número de cadeiras de cada partido.

Isto porque — explica — algumas regiões ficam sem representantes. A região de Itararé, em São Paulo, é ilharé e não conseguiu eleger um deputado estadual, enquanto outras elegeram até cinco.



Israel Pinheiro: pelo distrital misto

O sistema defendido por Israel

Com o sistema distrital misto defendido pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), baseada no adotado na Alemanha Ocidental, metade da representação a que o Estado tem direito será escolhida pelo sistema distrital, e a outra metade pelo sistema proporcional, da seguinte forma:

O sistema distrital: O Estado será dividido em um número de distritos correspondente à metade da representação que possui na Câmara dos Deputados. Cada partido indica-

rá no distrito o seu candidato a deputado federal.

A eleição será feita pelo sistema majoritário. Sistema Proporcional: A outra metade da representação será escolhida por este sistema, a partir de uma lista de nomes apresentada por cada partido.

O eleitor terá, assim, direito a dois votos. O primeiro, no candidato do distrito, e o segundo em uma das listas aprovadas nas convenções partidárias. A apuração será feita da seguinte forma: no distrito, os majoritários

serão eleitos, ficando assim preenchida a primeira metade da representação do Estado. No Estado, somam-se todos os votos dados às diversas listas partidárias em todos os distritos, obtendo-se o total de votos-legenda de todos os partidos. Divide-se o total pela outra metade das vagas a que o Estado tem direito, obtendo-se assim o quociente eleitoral. Dividindo-se o total de votos alcançados pelo partido por esse quociente eleitoral, define-se o número de cadeiras de cada partido.

Opinião pública também aprova

O relator da subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, deputado Francisco Rossi (PTB-SP), acredita que há uma tendência na classe política e na opinião pública favorável à adoção do sistema misto, e diz estar "começando a achar" que a Constituinte irá implantar esse sistema. Cauteloso, por ocupar o cargo de relator, Rossi diz que pretende acolher a posição da maioria da subcomissão, após os debates.

— Da validade do voto distrital, porque sempre achei que se existe manipulação nas eleições proporcionais, pode haver muito mais com o voto distrital. Mas posso mudar o meu ponto de vista. Já fui presidencialista, e hoje sou favorável ao parlamentarismo — diz.

Para Rossi, o sistema misto poderia ser uma maneira de conciliar as diferentes posições, de encontrar um "denomi-

Ciência e Tecnologia inicia os debates

ARRIO BRAZILIANO ANL-P. 29 ABR 1981

Em consequência do "recesso branco" da Semana Santa, da falta de um método de trabalho mais objetivo e do desinteresse de um grande número de constituintes, a Comissão da Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação ocupou as duas primeiras semanas de atividade apenas com a elaboração de um cronograma de trabalho e a definição das entidades a serem ouvidas, além de sessões públicas, além de subdividir os temas específicos para facilitar os debates. O trabalho de elaboração da Constituinte começa mesmo nesta terça-feira, dia 21.

A subcomissão de Ciência e Tecnologia arrancou na frente, marcando a primeira sessão pública, sobre reserva de mercado na informática, já na sua primeira sessão, no último dia 9. Este debate ocorrerá na terça-feira, com a participação do presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Antonio Octaviano; do diretor da Skopus (empresa privada), Edson Fregny; e do diretor da Cobra (empresa estatal), Ivan Costa Marques. Depois da primeira sessão, entretanto, a subcomissão entrou em recesso, deixando definida apenas a subdivisão dos temas.

O setor de Ciência e Tecnologia foi dividido em sete temas: política tecnológica na indústria, política tecnológica na agricultura, impacto da tecnologia sobre a sociedade, pesquisa e desenvolvimento, soberania e reserva de mercado, política tecnológica e serviço. A Comunicação ficou subdividida em seis temas: política industrial, novas tecnologias, política de democratização dos meios de comunicação, política de concessões e identidade cultural.

Com enormes dificuldades, mas muita persistência, os integrantes da subcomissão da Educação, Cultura e Esportes avançaram muito na primeira semana de trabalho, deixando pronta a lista de entidades a serem ouvidas e marcadas as primeiras sessões. Já na reunião do dia 9, eles haviam feito algumas alterações na subcomissão, introduzindo os temas Turismo, Lazer e Jogo. O cronograma também foi definido naquele dia, com o seguinte espaço para as sessões públicas: dias 23, 28, 29 e 30 de abril, Educação; 5 de maio, Cultura; 6 de maio, Cultura e Esportes; 7 de maio, Esporte e Turismo; 8 de maio, Turismo e Lazer.

Na segunda e terceiras, mesmo sem o quorum de 11 constituintes, os integrantes da subcomissão trabalharam intensamente, definindo as seguintes sessões públicas: dia 23, Ande, Andes, Anped, Seaf, SBPC e Federação Nacional dos Professores de Educação Física; dia 28, CPB, Fisubra, Ubes, Anped, Crub e Centro de Estudos de Educação e Sociedade; dia 29, CTI, Abesc, Cnec, Fenen, UNE e Associação de Ensino Católico. Cada uma destas entidades, além de apresentar uma proposta por escrito, terá um espaço de 10 minutos para expor a sua posição. Depois, haverá debate entre os representantes das entidades e os constituintes.

Uma sessão extra foi marcada para o dia 11 de maio, justamente o dia em que o relator João Calmon (PMDB-ES) terá que apresentar o seu relatório. Neste dia, será ouvido o ministro da Cultura, Celso Furtado. Mas o presidente da subcomissão, Hermes Zanetti (PMDB-RS), informa que haverá tempo para a

apresentação de emendas ou mesmo para alteração do parecer do relator, após o depoimento do ministro, porque este parecer será votado somente no dia 22 de maio.

Preocupados com o reduzido espaço de tempo disponível nesta fase dos trabalhos da Constituinte, os integrantes da subcomissão da Família, Menor e Idoso acabaram concretizando muito pouca coisa na reunião do dia 9 deste mês, mas se recuperaram no início desta semana e deixaram pronto o cronograma para a próxima semana, mesmo entrando em recesso na Semana Santa.

O primeiro passo foi a subdivisão de temas, que ficou desta forma: 1 — Natureza da sociedade conjugal; 2 — Planejamento familiar; 3 — Influência dos meios de comunicação na vida familiar; 4 — Dissolução da sociedade conjugal; 5 — Proteção à gestante, à mãe e à família; 6 — Dos direitos do menor: responsabilidade civil do menor, exercício do pátrio poder e tóxicos; 7 — Sistemas de adoção; 8 — Proteção ao idoso.

Nenhuma audiência ficou marcada, embora os constituintes tenham lembrado o nome de algumas entidades, como a CNBB, a Funabem e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Alguns já adiantam os temas que deverão causar maior polêmica: o planejamento familiar, o divórcio, o aborto e a adoção de menores. O que ficou definido foi apenas o cronograma de trabalho: tema 1, dia 21 de abril; tema 2, 22 e 23 de abril; tema 3, 27 de abril; tema 4, 28 de abril; tema 5, 29 de abril; tema 6, 30 de abril e 4 e 5 de maio; tema 7, 6 de maio; tema 8, 7 de maio; apresentação do parecer do relator, 11 de maio.

qualquer dos Poderes e liberdade de ação para agir em nome da sociedade. Mas não basta fortalecer o Ministério Público para assegurar o cumprimento das leis. De acordo com Plínio, o próprio Legislativo deve ser aparelhado com comissões permanentes de fiscalização, tudo isso sem prejuízo do "salutar exercício" da autovigilância, que em seu entender deve existir em todas as instituições.

Como relator da Subcomissão do Poder Judiciário, o deputado pretende garantir a plenitude do direito de habeas-corpus. Ele também defende a extensão das hipóteses de man-

dado de segurança: "Qualquer possibilidade de ofensa ao poder público à liberdade das pessoas deve ser dada de ofensa do poder público à liberdade das pessoas deve ser passível da utilização deste tipo de recursos".

Da mesma forma, na opinião de Plínio Sampaio, a ação popular precisa ser aperfeiçoada para permitir uma incidência maior do que ocorre atualmente. "Trata-se de um instrumento embrionário que a Constituinte deve examinar cuidadosamente. Afinal, é um dos recursos de que a sociedade dispõe contra atos abusivos".